

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.446.244 - SP (2019/0011182-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADOS** : DANIEL PEZZUTTI RIBEIRO TEIXEIRA E OUTRO(S) - SP162004  
LUIZ CARLOS STURZENEGGER E OUTRO(S) - DF001942A  
**ADVOGADOS** : LIVIA BORGES FERRO FORTES ALVARENGA E OUTRO(S) - DF024108  
NATHALIA VIGATO AMADO CAVALCANTE DE OLIVEIRA - SP324458  
BRUNO MARQUES BENSAL ROMA - SP328942  
**AGRAVADO** : JOSE ROQUE PEROSI  
**AGRAVADO** : MARIA CLEIDE PEROSI  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO E OUTRO(S) - SP183397  
LEONARDO SCUDELER NEGRATO - SP221412

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

agravo de instrumento ação de consignação de pagamento - incidência de expurgos inflacionários homologação dos cálculos do contador levantamento das quantias depositadas pelo banco, independentemente de caução instituição financeira que atuou como mero auxiliar do juízo Precedente deste E. Câmara Ausência, ademais, de notícia acerca de eventual atribuição de efeito suspensivo a recursos interpostos pelo agravado perante a Superior Instância Majoração da honorária Possibilidade Aplicação das regras do novo diploma processual civil Decisão parcialmente reformada - Agravo provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em seu recurso especial, a parte ora agravante alega violação do artigo 473 do Código de Processo Civil de 1973 e dos artigos 14, 507, 521 e 1.022 do CPC de 2015. Reclama de negativa de prestação jurisdicional. Afirma necessária a prestação de caução. Explica que os exequentes não recorreram da decisão que fixou os honorários advocatícios, matéria a respeito da qual se operou a preclusão. Acrescenta que tais honorários foram fixados no julgamento da impugnação, quando ainda em vigor o CPC

# *Superior Tribunal de Justiça*

de 1973, devendo ser afastada a incidência do CPC de 2015.

Segundo observo, o executado, em sua resposta ao agravo de instrumento interposto pelos credores perante a Corte de origem, apontou "que, tanto os honorários, quanto as condições para levantamento do valor depositado, já haviam sido decididos em 20.07.2015 e não houve recurso por parte dos agravantes, consolidando a preclusão, conforme determina o art. 507 do CPC/2015 (art. 473 do CPC/1973)".

Esse argumento (preclusão), capaz de, em tese, infirmar a conclusão do acórdão recorrido, não foi examinado pela Corte estadual, mesmo tendo sido suscitado em embargos de declaração, o que caracteriza ofensa ao artigo 1.022 do CPC de 2015.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem com vistas à análise da questão a respeito da qual houve omissão, apontada na fundamentação desta decisão.

Fica prejudicada a análise do recurso especial, no mais.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora